

CORREIO NACIONAL



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Primeira etapa de prova está prevista para outubro

MEC vai avaliar cursos de medicina anualmente

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quarta-feira (23) o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). A proposta é estabelecer um instrumento unificado de avaliação da formação médica no Brasil. Os resultados, segundo a pasta, poderão ser utilizados inclusive para acesso a programas de residência médica.

A prova, realizada anualmente e já com uma primeira etapa prevista para outubro deste ano, será conduzida pelo Insti-

tuto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em colaboração com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC.

Ainda de acordo com o ministério, o exame vai unificar as matrizes de referência e os instrumentos de avaliação no âmbito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para os cursos de medicina e da prova objetiva de acesso direto do Exame Nacional de Residência (Enare).

Voepass pede recuperação judicial

A Voepass Linhas Aéreas anunciou nesta quarta-feira (23) ter entrado na Justiça com um plano de reestruturação para reorganizar seus compromissos financeiros e fortalecer sua estrutura de capital. Segundo a empresa, o pedido de recuperação judicial foi protocolado na terça junto

ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que confirmou a informação.

“Com todo o cenário enfrentado pela companhia nos últimos meses, esta foi a única saída para realizar uma reestruturação completa”, disse José Luiz Felício Filho, CEO da Voepass Linhas Aéreas, em nota.

Casas a pessoas em situação de rua

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) destinará 3% das moradias subsidiadas pelo Fundo de Arrendamento Residencial para pessoas que estão em situação ou trajetória de rua.

De acordo com o ministro das Cidades, Jader Filho, o imóvel será gratuito. A expectativa é de que

cerca de 1 mil unidades habitacionais sejam destinadas a este público nesta primeira leva.

Inicialmente, essa vertente do MCMV vai priorizar 38 municípios, abrangendo, além de todas as capitais, cidades com mais de mil pessoas cadastradas como “sem moradia” no CadÚnico.

Crise climática acelerada

A procura no Brasil por minerais usados na transição energética acelera a crise climática no Pará (PA), na Bahia (BA), em Goiás (GO) e em Minas Gerais (MG), os principais produtores de minérios do país, com “mudanças consideráveis nos padrões climáticos em curto prazo (até 2030)”.

Essa é a conclusão de estudo inédito divulgado nesta quarta-feira (23) pelo Observatório da Mineração a partir de dados elaborados pela consultoria TMP, que analisa eventos climáticos extremos. A liderança do povo Pankararu vive em uma aldeia no município de Araçuai (MG).

Contaminação por agrotóxico

Estudo feito por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) mostra que a água da chuva pode estar contaminada por agrotóxicos e que o uso desta água para fins de abastecimento da população deve ser feito com cautela. As informações são da

Revista Fapesp.

A pesquisa, publicada no periódico científico Chemosphere, coletou e examinou amostras de três cidades paulistas: Campinas, Brotas e a capital São Paulo. Nos três locais, a água da chuva estava contaminada com agrotóxicos.

Investimentos em drenagem

Mesmo com tantas tragédias recentes causadas pelas chuvas, os investimentos em drenagem e manejo de águas pluviais não são nem a metade do ideal, de acordo com levantamento do Instituto Trata Brasil, divulgado na quarta. De 2017 a 2023, esses aportes, em

média, foram de cerca de R\$10 bilhões ao ano, mas precisam subir para pelo menos R\$ 22 bilhões para que o país consiga universalizar o serviço até 2033, conforme a meta do Marco Legal do Saneamento. O instituto ressalta que os desafios são grandes em muitas cidades.

Anvisa aprova medicamento para retardar Alzheimer

Donanemabe teve resultado em pessoas com estágio inicial

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do medicamento Kisunla (donanemabe), indicado para o tratamento de comprometimento cognitivo leve e demência leve associados à doença de Alzheimer. Segundo a entidade, trata-se de um anticorpo monoclonal que se liga a uma proteína chamada beta-amiloide.

“Na doença de Alzheimer, aglomerados de proteína beta-amiloide formam placas no cérebro. O donanemabe atua ligando-se a esses aglomerados e reduzindo-os, retardando assim a progressão da doença”, explica a Anvisa.

Ainda de acordo com a agência, o donanemabe foi avaliado em estudo envolvendo 1.736 pacientes com doença de Alzheimer em estágio inicial, que apresentavam comprometimento cognitivo leve, demência leve e evidências de patologia amiloide.

O estudo analisou alterações na cognição e na função cerebral dos pacientes. Eles receberam 700 miligramas (mg) de donanemabe a cada quatro semanas nas três primeiras doses e, em seguida, 1.400 mg a



Freepik

Segundo a entidade, trata-se de um anticorpo monoclonal

cada quatro semanas (para 860 pacientes) ou placebo (uma infusão simulada para 876 pacientes), por até 72 semanas.

“Na semana 76 do estudo, os pacientes tratados com donanemabe apresentaram progressão clínica menor e estatisticamente significativa na doença de Alzheimer em comparação aos pacientes tratados com placebo”, destacou a Anvisa.

O uso de donanemabe é

contraindicado em pacientes que estejam tomando anticoagulantes, incluindo varfarina, ou que tenham sido diagnosticados com angiopatia amiloide cerebral (AAC) em ressonância magnética antes de iniciar o tratamento. Os riscos nesses pacientes, segundo a agência, são considerados maiores que os benefícios.

As reações adversas mais comuns listadas pela Anvisa

são relacionadas à infusão, que pode causar febre e sintomas semelhantes aos da gripe, além de dores de cabeça.

“Como acontece com qualquer medicamento, a Anvisa irá monitorar a segurança e a efetividade do donanemabe sob rigorosa análise. Serão implementadas atividades de minimização de risco para o donanemabe em conformidade com Plano de Minimização de Riscos aprovado.”

Conflitos por terra com mais pessoas



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Os conflitos por terras no Brasil envolveram 904 mil pessoas no ano de 2024, divulgou nesta quarta-feira (23) a Comissão Pastoral da Terra, no relatório Conflitos no Campo Brasil referente ao ano passado. Em 2023, esses conflitos envolveram 792 mil pessoas, o que representa que mais de 100 mil pessoas a mais foram afetadas por esses confrontos no ano passado, quando resultaram em 13 assassinatos.

Esse número foi registrado apesar de ter havido uma queda no número de conflitos no campo em relação a 2023, ano que teve o maior patamar da série histórica do relatório em 29 anos, com 2.250 conflitos. Já em 2024, houve 2.185 ocorrências desse tipo.

O documento mostra que a maior parte desses conflitos diz respeito a violências contra a ocupação e a posse da terra, o que inclui despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences, pistolagem,

Número de envolvidos salta para 900 mil em 2024

grilagem, invasões e outras violências.

Segundo o levantamento da Comissão Pastoral da Terra, os fazendeiros são os principais agentes causadores da violência por terra. O relatório aponta o grupo como responsável por 44% das violências relacionada à terra, com 739 registros. Os donos de fazendas também são apontados como os principais responsáveis pelos casos de incêndios (47%) e desmatamento ilegal (38%).

O relatório mostra ainda que grileiros, empresários e madeiros completam a lista dos maiores causadores de conflitos e violências. Já entre os segmentos que mais sofrem violência, os povos indígenas representam 29% dos registros.

Também houve um aumento expressivo na quantidade de conflitos sofridos por posseiros, com 425 casos, e quilombolas, com 221, especialmente entre os povos e comunidades tradicionais do Maranhão, onde fo-

STF

Compromisso da Corte com direitos fundamentais

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, inaugurou na quarta a exposição “STF Iluminado – 65 anos do Tribunal da Constituição em Brasília”. A mostra integra as comemorações pelo aniversário de instalação da Corte na capital federal.

A exposição reúne 12 fotografias da equipe do STF que registram momentos em que o edifício-sede foi iluminado com núcleos especiais. “As iluminações remetem à necessidade de garantia dos direitos fundamentais, como o arco-íris no Dia do Orgulho LGBTQIA+”, afirmou Barroso durante a cerimônia.

TSE

Presidentes do TSE e dos TREs debateram em abril

Durante o mês de abril, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, realizou uma série de encontros com os presidentes dos tribunais regionais eleitorais (TREs) para debater questões administrativas e temas relevantes da Justiça Eleitoral, já com foco na organização das Eleições Gerais de 2026.

Entre os assuntos discutidos pela ministra e pelos dirigentes dos TREs, destaca-se a mobilização de eleitoras e eleitores para o pleito do próximo ano, com atenção especial para temas como ampliação da acessibilidade no processo eleitoral, incentivo ao voto facultativo.

STF

Convocação de suplentes de deputados afastados

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou normas dos estados do Tocantins e de Santa Catarina que previam prazo inferior a 120 dias para a convocação de suplente para ocupar vaga de deputado estadual licenciado por motivos pessoais.

A decisão se deu no julgamento conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7251 e 7257.

As ações foram apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O alvo é a convocação do suplente no caso de afastamento do titular para essa finalidade, desde que o prazo original de afastamento seja superior a 30 dias e 60 dias.

TSE

TSE determina novas eleições em Guatapará (SP)

Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na sessão que foi realizada na última terça-feira (22), indeferiu o registro de candidatura de Ailton Aparecido da Silva (MDB), eleito prefeito de Guatapará (SP) nas Eleições de 2024, por inelegibilidade reflexa.

Consequentemente, cassou a chapa vencedora e determinou a realização de novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito na cidade.

O Colegiado acompanhou integralmente o voto do relator, ministro Ramos Tavares, que reformou a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).